



Especialistas criticam novo plano para o litoral

O prazo de execução e os valores orçamentados são as principais críticas de especialistas nacionais reputados nas matérias da costa e do litoral nacional.

Ao cabo de dois anos de intervenções praticamente paradas no litoral devido, sobretudo, a constrangimentos financeiros, alguns especialistas nacionais consideram que a aprovação de uma linha orientadora – Plano de Acção de Protecção e Valorização do Litoral 2012-2015 – é positiva, «seja ela qual for». Apresentado no fim de Maio, o documento, que revê o Plano de Acção do Litoral 2007-2013, contempla um total de 303 acções, das quais 55 (18 por cento) são de prioridade máxima.

Mas Fernando Veloso Gomes, professor da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, que desenvolveu boa parte dos projectos para a tutela no âmbito do anterior plano, acredita que o novo plano só deverá avançar para o terreno no próximo ano. Para 2012, e tendo em conta todo o processo relativo à preparação e ao lançamento dos concursos, só a obra de defesa e protecção costeira relativa a esporões e obras aderentes da Cova – Gala, Lavos e Leirosa (Figueira da Foz), cujo projecto foi já aprovado, poderá ser lançado. O grosso dos restantes concursos só deverão ocorrer no próximo ano, assegura o especialista, que também coordena

o grupo de trabalho que desenvolveu as “Bases para a Estratégia de Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional”, em 2006. Isto apesar de vários projectos ao longo dos 980 quilómetros da costa nacional já terem sido aprovados, como é o caso das obras de defesa em Moledo-Caminha, ou em Ponta da Gafa-Mindelo. Veloso Gomes alerta ainda para a indefinição em torno de algumas entidades, o que também estará a emperrar este processo. É o caso das Administrações de Regiões Hidrográficas ou do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos que o Governo já anunciou que ia extinguir.

Numa primeira análise ao actual plano para o litoral, o especialista considera não existirem praticamente diferenças com o anterior, pelo menos nas zonas Centro e Norte. «É o retomar de um processo, mas há alguma indefinição no que respeita, por exemplo, à continuação dos Polis», salienta o especialista, acrescentando que «era importante conseguir capacidade financeira e operacional para fazer as acções previstas nos Polis». As acções do programa Polis Litoral contabilizam um investimento estimado em cerca de 232 milhões

de euros, ou seja, cerca de 56 por cento do total estipulado para o plano.

Já Helena Calado, da Universidade dos Açores, aponta a «excelente» estrutura e «descrição dos riscos» do documento, mas realça o «ridículo» que é a orçamentação. A investigadora, que também esteve no grupo de trabalho de Veloso Gomes, explica que o plano apresenta medidas que «não têm ainda qualquer projecto, pelo que não se sabe se há dinheiro e de onde virão esses montantes necessários» não revelados no documento. No capítulo da defesa costeira e zona de risco, por exemplo, há já duas acções aprovadas, cinco que ainda vão submeter projecto, três que não foram aprovadas e dez outras acções de intervenção sem qualquer informação. Tal mostra bem que «está tudo no domínio teórico». Helena Calado acredita, assim, que os mais de 400 milhões de euros orçamentados para a realização deste plano até 2015 não reflectem a realidade, até porque os valores referenciados estão longe dos montantes que este género de obra normalmente exige, mesmo tendo em conta que a actual tutela pretende apostar mais em tecnologias *working with nature*.

Outro dos reparos vai para a revisão dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC). O plano identifica os POOC que irão iniciar o processo de revisão e quais os custos associados, tendo em conta que o mais antigo (costa Cidadela-Forte de São Julião da Barra) tem cerca de 14 anos e o mais recente (troço de costa Sintra-Sado) seis anos sobre a data de publicação. Mas ambos os especialistas enfatizam que a revisão pretendida não é clara.



Fonte: Plano de Acção para o Litoral

Custos totais do plano por prioridade de intervenção

Prioridade	N.º de acções	Custo (milhões de euros)	Valor executado (milhões de euros)
Máxima	55	149	16,7
Elevada	98	116,7	1,2
Média	132	135,5	1,4
Baixa	18	15,8	1,1
Total	303	416,9	20,6

Fonte: Plano de Acção de Protecção e Valorização do Litoral 2012-2015

A um ano da conclusão do anterior plano, este tem cerca de 79 por cento das acções previstas por executar, revelando uma taxa de execução que corresponde a um valor acima de 100 milhões de euros. Destes, cerca de 40 milhões foram concretizados em acções de defesa costeira, 30 milhões foram aplicados em planos de intervenção e requalificação urbana e 30,5 milhões usados em estudos, monitorização e gestão.

Lúcia Duarte



Especialistas criticam novo plano para o litoral

Pág. 15